

Implementação e Avaliação de Políticas de Educação

Profa. Cristiane Kerches da Silva Leite
(criskerches@gmail.com)

Formulação, Implementação e Avaliação
de Políticas Públicas II (ACH3546)

Aula 14 - 19/11/2020

Bibliografia da aula

- BONAMINO, Alicia e SOUSA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>
- CERDEIRA, Diana Gomes da Silva. Fatores associados ao uso dos resultados de avaliações externas no contexto das políticas de responsabilização educacional. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. 34 (2), p. 613 - 634, mai./ago. 2018.
- COSTA, Marcio da; KOSLINSKI, Mariane Campelo. Quase-mercado oculto: disputa por escolas "comuns" no Rio de Janeiro. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. 142, p. 246-266, abr. 2011.
- CHIRINEA, Andréia Melanda e BRANDAO, Carlos da Fonseca. **O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados.** *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* [online]. 2015, vol.23, n.87, pp. 461-484. <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n87/0104-4036-ensaio-23-87-461.pdf>
- COELHO, Maria Inês de Matos. **Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios.** *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* [online]. 2008, vol.16, n.59, pp. 229-258. ISSN 0104-4036. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362008000200005>
- FERNANDES, R., & GREMAUD, A. P. (2020). Avaliação educacional em larga escala e accountability: uma breve análise da experiência brasileira. *Revista Pesquisa E Debate Em Educação*, 10(1), 1103 - 1137. Recuperado de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32023>
- PINTO, José Marcelino; CORREA, Bianca Cristina. *FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação*, v. 10, n. 24, 2020.

Ambiguidades educacionais no Brasil

- Desigualdades educacionais em função da renda, região (N/NE, Sul/SE, CO), situação de domicílio, raça, entre redes privada e pública;
- Problemas na qualidade do ensino em todos os níveis;
- Gargalos nos níveis de ensino: infantil, médio e superior (sobretudo verificado pela taxa de escolarização líquida).

Marcos normativos

- Constituição Federal de 1988: educação como direito, ex. do reconhecimento do direito à Educação Infantil (EI) a todas as crianças de zero a seis anos de idade;
- ECA ratificou em 1990;
- LDB (1996): detalhou o direito à EI a toda criança desde o nascimento, garantindo, ainda, como dever do Estado, sua oferta gratuita que deveria ser vinculada à secretaria de educação (Pinto e Correa 2020: 02).
- Plano Nacional de Educação (PNE) pós LDB, aprovado em 2001 (BRASIL, 2001), estabeleceu como meta a garantia de 50% de atendimento à faixa de creche até o final da década, ou seja, 2011, entretanto, naquele ano a taxa de atendimento para essa faixa etária era de 24,5%, menos da metade prevista (idem).
- **2019: taxa de escolarização bruta em 35,6%**

Aspectos de coordenação e financiamento - trade offs

- **Fundef** (1996-2006): vinculação de recursos exclusivamente ao ensino fundamental vista como ameaça aos avanços do EI; um dos principais fatores responsáveis pela universalização da taxa de escolarização bruta de 6 a 14 anos (98,4%);
- **Fundeb** (2006-2016): palco de luta pela inclusão das creches no fundo (Movimento “Fraldas Pintadas” e “Fundeb pra valer”); de 2004 a 2014, as **taxas de escolarização bruta das crianças** de 0 a 3 anos subiram de 13,4% a 24,6% e de 4 e 5 anos subiram de 61,5% para 82,7%.

- Em 2006, a obrigatoriedade do ensino fundamental foi ampliada de 8 para 9 anos e, no ano seguinte, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, do Ministério da Educação, deu clara ênfase ao ensino fundamental e definiu metas para a melhoria da qualidade a partir do **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**.
- Em 2009 foi ampliada, progressivamente, a obrigatoriedade da educação básica para a faixa de 4 a 17 anos de idade até 2016.

Avaliação para que?

- Para mensurar DESEMPENHO?
 - QUALIDADE?
- O que medem as avaliações internas e externas das escolas (nacionais - Prova Brasil, Saeb, estaduais – Saresp, mundial – Pisa)?

O vetor avaliação na educação (Chirinéa e Brandão, 2015)

- Anos 1990: **em contexto de crescente onda neoliberal na América Latina, as avaliações externas tornaram-se baluarte da qualidade educacional;**
- Instrumento privilegiado: estabelecimento de rankings de governos e instituições;
- O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) tornou-se uma referência em qualidade.
- Três gerações de avaliação desde os anos 1990.

Primeira Geração de Avaliação (Bonamino e Souza, 2015)

- **Saeb (1994): Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (amostra públicas e privadas).**
- Amostral; bianual a partir de 1995; 4^a EF1, 8^a EF2, 3^o EM; Língua Portuguesa e Matemática; gera dados contextuais de estudantes e escolas.
- Enfatiza a avaliação com **caráter diagnóstico**, sem atribuição de **consequências diretas** para as escolas e para o currículo; acompanham qualidade educacional, sem devolutiva na escola.
- **Resultado agregado estados, regiões e nacional:** não permitem apoiar a introdução de políticas de responsabilização de professores, diretores e gestores por melhorias de qualidade nas unidades escolares.

Segunda geração

- **Prova Brasil (2005):** censitária; bianual; gera dados desagregados a partir de 2009 por escola, turma, redes, municípios, estados e país; publicidade oficial e mídia; divulgação de resultados fomenta comportamentos orientados para comparação, competição.
- Contemplam, além da divulgação pública, a devolução dos resultados para as escolas, sem estabelecer consequências materiais - **consequências são simbólicas** (decorrem da divulgação e da apropriação das informações sobre os resultados da escola pelos pais e pela sociedade).
- Pressuposto de que o conhecimento dos resultados favorece a mobilização das equipes escolares para a melhoria da educação, bem como a pressão dos pais e da comunidade sobre a escola. (Bonamino e Souza 2012) – **AVALIAÇÃO FORMATIVA - diagnóstico e responsabilização.**
- Em sua primeira edição, ela avaliou mais de 3 milhões de alunos em aproximadamente 45.000 escolas urbanas de 5.398 municípios; foi muito além, portanto, do Saeb, que avalia, em média, uma amostra de 300.000 alunos (Bonamino e Souza 2012).

Criação do IDEB (2007) e sistema de metas

- Índice sintético: calculado a partir dos dados sobre **aprovação escolar**, obtidos no Censo Escolar, e **médias de desempenho em provas de Português e Matemática** nas avaliações do Inep, o Saeb (amostral) e a Prova Brasil (2005, censitária para escolas públicas).
 - meta para 2021, nota média 6,0 (fundamental anos iniciais); 2015 - ideb observado, 5,5; 2019 – 5,9 (meta alcançada; MEC/INEP).
 - <http://inep.gov.br/educacao-basica/ideb/resultados>

Terceira geração

- **Avaliações estaduais em SP e PE:**
- Referenciam políticas de responsabilização forte ou *high stakes*, contemplando sanções ou recompensas em decorrência dos resultados de alunos e escolas. Nesse caso, incluem-se experiências de responsabilização explicitadas em normas e que envolvem **mecanismos de remuneração em função de metas estabelecidas**;
- Criação de incentivos para o professor se esforçar no aprendizado dos alunos...

Comunidades epistêmicas com olhares distintos sobre avaliação



Especialistas em
Políticas
Públicas,
Economistas



Especialistas da
Educação e
Pedagogia

Aspectos positivos sobre avaliação e indicadores (sobretudo o IDEB)

Segunda e Terceira Gerações (Bonamino e Souza 2012):

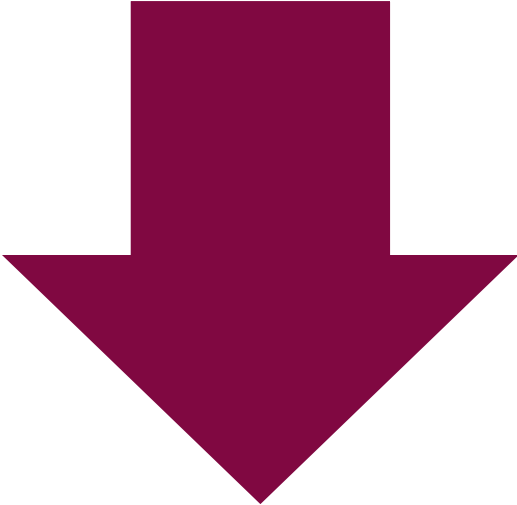
- Accountability e controle social (Fernandes e Gremaud 2020);
- Responsabilização das escolas;
- Pressão social sobre as escolas (parâmetro de qualidade);
- Mecanismos de coordenação de programas e ações;
- Mais informação sobre currículo escolar e sobre estruturas políticas de equidade como recorte racial ou de gênero;
- Estrutura de incentivos financeiros gera **resultados inconclusivos** no que tange à maior equidade de acesso ao sistema educacional... (idem).

Aspectos negativos sobre avaliação e indicadores (sobretudo o IDEB)

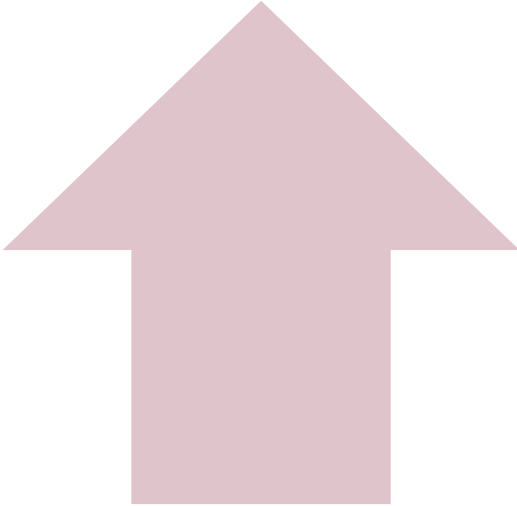
- Práticas de gaming (ex.: estreitamento do currículo e o treino para a prova geram inflação de pontuação e ilusão de melhora no desempenho) (Cerdeira 2018).
- Estreitamento do currículo: avaliações em larga escala tipicamente visam a objetivos cognitivos relacionados à leitura e à matemática; interpretação distorcida do significado pedagógico dos resultados da avaliação (Bonamino e Sousa, 2012, pg. 384).
- Estímulo à competição e à concorrência entre estabelecimentos e entre “consumidores”, emitido pelas avaliações e índices; quase-mercado “oculto” (Costa e Koslinsky, 2011). Divulgação dos dados pela mídia e pelos órgãos oficiais é acompanhada pela indicação da “melhor escola”, assim como a pior, funcionando, portanto, como um marketing educacional (Chirinéia e Brandão 2015).

Riscos para o currículo escolar

- Situação conhecida como **ensinar para o teste (treino para a prova)**, que ocorre quando os professores concentram seus esforços preferencialmente nos tópicos que são avaliados e desconsideram aspectos importantes do currículo, inclusive de caráter não cognitivo. **Faria já abordou!**
- Currículo escolar e uso de testes padronizados são complexos: há múltiplos objetivos, ao passo que as medidas de resultados utilizadas pelas avaliações em larga escala tipicamente visam a objetivos cognitivos relacionados à leitura e à matemática. Demanda atenção para **riscos relativos ao estreitamento do currículo** (Bonamino e Sousa, 2012, pg. 384).



“Além de fluxo e desempenho, outras variáveis explicam qualidade: gestão escolar; formação e condições de trabalho dos professores; ambiente educativo; prática pedagógica e de avaliação, e acesso e permanência na escola. A qualidade, neste sentido, não é um fator estanque e não pode ser buscada somente com testes que medem o conhecimento cognitivo dos alunos” (Chirinéia e Brandão 2015)



“O Brasil possui hoje um sistema de avaliação da educação básica que, sem exagero, poderia ser classificado entre os melhores do mundo. Mas, evidentemente, pode ser aprimorado. Além de retratar o passado, as avaliações têm o papel de sinalizar para o sistema o que se espera das escolas. Então, ao menos para a segunda fase do ensino fundamental e para o ensino médio, as avaliações deveriam ir além de leitura e matemática e incluir ciências da natureza e humanidades. No ensino médio, isso era feito com o ENEM, mas foi revertido com a decisão do INEP de não mais divulgar os resultados do ENEM por escolas, e universalizar o SAEB para as escolas públicas de ensino médio” (Fernandes e Gremaud 2020)

- Vídeo Marta Arretche:
 - <http://www.youtube.com/watch?v=LsT21yPiTQA>
- Vídeo “Caminhos e descaminhos da avaliação educacional”
- <https://www.youtube.com/watch?v=sJeGDLfv4LA>
- Vídeo Avaliação formativa ou somativa?
 - <http://www.youtube.com/watch?v=G5VEkMf5DRk>

Discussão sobre IDEB

- O uso de indicadores educacionais na avaliação de iniciativas sociais - Vídeo resumido
- https://www.youtube.com/watch?v=B_NHgZludq8&t=174s
- Links do projeto avaliação (na íntegra):
- <https://www.youtube.com/watch?v=nct8n9Gcgdw>
- <https://www.youtube.com/watch?v=JlROhKpPArc>
- <https://www.youtube.com/watch?v=TFHEdiNTIBE>

Outras perspectivas

- Vídeo crítico com relação ao Enem – Rodrigo Travitzki
<https://www.youtube.com/watch?v=BkdRqY-zoto>
- Vídeo entrevista Vitor Paro (USP) Gestão escolar democrática
- https://www.youtube.com/watch?v=-TG1rfDVq_A
- Trailer documentário: Vocacional: uma aventura Humana (dir. Toni Venturi)
 - <http://www.youtube.com/watch?v=V2Nr4prpZKU>
- Visões críticas e reações ao projeto “Escola sem Partido”
- <https://www.youtube.com/watch?v=zge2iJNo3Ig>
- <https://www.youtube.com/watch?v=jjq7FXzeqIo>